



ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO ANIMAL DE BALNEÁRIO CAMBORIÚ/SC EM 10 DE MARÇO DE 2025.

Aos dez dias do mês de março de dois mil e vinte cinco, às dezoito horas, reuniram-se na sala de reuniões da Secretaria do Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico (SEMAM) os representantes: Nelson Oliveira, titular da SEMAM e presidente do COMPA-BC; Ana Paula Bina da Silveira, suplente da SEMAM; Magda Luana Porazzi Monteiro, suplente da Secretaria de Segurança; Adriana Marcondes Santos, titular da Secretaria de Saúde e secretária do COMPA-BC; Maria Rejane Medaglia, titular da Ordem dos Advogados do Brasil - 15ª Subseção de Balneário Camboriú/SC; Márcia Regina do Nascimento Gonçalves Achutti, titular do Instituto Catarinense de Conservação da Fauna e Flora – ICCO; de forma online Patrícia Ferreira, titular da ONG Viva Bicho e vice-presidente do COMPA-BC; e Eduardo Capella, suplente da ONG Viva Bicho. Também estavam presentes como ouvintes: Vereador Victor Forte, Vereador Naifer Neri, Gabriel Lisboa Prestes, Marcos Vinícius Alves de Assis, Pâmela da Silva, Ana Flávia M. Machado, Guilherme Rafael de Freitas, Vinícius Luiz Marlini, Cassio Nenezis e Oseias Pessoa. A reunião foi iniciada com a leitura da pauta da reunião: 1. Aprovação da ata anterior; 2. Análise e aprovação do regimento interno do COMPA-BC; 3. Análise das informações referentes à ONG Viva Bicho e seu convênio com o município: Avaliação do plano de trabalho para aplicação dos recursos destinados à reforma da clínica da ONG. Eduardo complementou informando que o item três da pauta é continuação da pauta da primeira reunião. Na sequência foi feita a leitura da ata anterior e Patrícia, vice-presidente deste conselho, solicitou alteração do trecho onde se lê “a vice-presidente informou que atualmente a ONG gasta, em média, cento e setenta reais por mês por animal” para que leia-se “a vice-presidente informou que atualmente a ONG recebe da prefeitura, em média, cento e setenta reais por mês por animal”. Após a leitura da ata e ajuste realizado, a ata foi aprovada por unanimidade. Foi passado para o segundo tema da pauta com o presidente do conselho iniciando a leitura do Regimento Interno do COMPA-SC. Houve debate sobre o artigo quinto, inciso um, que indicava que “os Secretários Municipais são impedidos de integrar o conselho”. Considerando que a participação do Secretário do Meio Ambiente é essencial, foi sugerido e aceito por todos incluir uma exceção para que o Secretário da SEMAM componha este conselho. Quanto ao artigo sétimo que prevê que “o mandato dos representantes terá duração de quatro anos, sendo vedada a recondução” foi discutido e ficou definido que este artigo começa a valer a partir deste momento, portanto a duração do mandato dos representantes terá duração de quatro anos, sendo vedada a recondução. Quanto ao capítulo três, seção um, artigo onze, inciso quatro foi esclarecido que “a gestão dos recursos destinados a programas e projetos da área” são projetos do COMPA-BC. Às 19h (dezenove horas) foi realizada uma pausa na reunião com retorno às 19h20 (dezenove horas e vinte minutos). Houve debate sobre o capítulo quatro, artigo



quarenta e um, que prevê que “ressalvados os casos previstos em lei, nenhum membro do Conselho Municipal de Proteção Animal poderá recusar-se ou abster-se de votar”. Após esclarecimentos foi entendido que o voto é essencial e o artigo foi mantido. No parágrafo oitavo do artigo quarenta e oito, foi solicitado o acréscimo da palavra “horas” para melhor entendimento. Finalizada a leitura, o regimento interno do COMPA-BC foi aprovado com unanimidade, considerando as correções apontadas. Na sequência, foi passado para o terceiro item da pauta no qual o presidente Nelson solicitou que a questão das abelhas fosse encaminhado ao diretor de fiscalização e licenciamento da SEMAM. Em seguida, foi discutido o estado dos convênios com ONGs para o atendimento de animais, sendo destacado que os valores dos convênios precisam ser ajustados devido à crescente demanda no atendimento aos animais da ONG Viva Bicho. No entanto, o presidente do conselho destacou que a LOA (Lei Orçamentária Anual) só permite o cumprimento do que foi planejado no ano passado, por isso não há recursos suficientes para realizar o aumento de forma imediata. O Vereador Naifer Neri reiterou a informação, reafirmando que o orçamento vigente limita a implementação de novas despesas neste momento. Foi sugerido que este conselho elabore um estudo técnico detalhado sobre o custo mensal por animal, para que, com base nesse parecer, possa ser solicitado ao executivo um aumento nos recursos destinados à causa para o município incluir no ciclo orçamentário do ano que vem. Dessa forma, ficou decidido formar um grupo de trabalho, com a designação de um relator, para apurar o custo real de cada animal. Esse levantamento será essencial para o planejamento orçamentário do próximo ano, com a intenção de garantir uma alocação mais eficiente dos recursos e evitar problemas futuros. Também se discutiu que, embora o orçamento atual não permita um aumento imediato, o foco será em otimizar o uso dos recursos disponíveis. Eduardo reforçou que a colaboração entre o poder público e a sociedade é crucial para o sucesso das ações. Além disso, o presidente Nelson destacou a importância da elaboração do relatório técnico como uma estratégia para apresentar dados objetivos ao executivo e assegurar que as necessidades da ONG Viva Bicho sejam atendidas dentro das possibilidades legais e orçamentárias. Ao final da reunião, o presidente Nelson ressaltou que o primordial neste momento é o encaminhamento da realização de (1.000) mil castrações, conforme deliberado na última reunião, para os munícipes com o animal cadastrado na Prefeitura de Balneário Camboriú. Sem mais para discutir, deu-se por encerrada a reunião às vinte horas e treze minutos.